

O Jornalista, Negro, Suspeito, e a Branca, Suspeita, que Não é Jornalista: Uma Análise do Racismo Estrutural no Jornalismo Brasileiro

Janaina da Silva Veloso¹
Pontifícia Universidade Católica - MG

RESUMO

Esta pesquisa analisa as disparidades raciais no jornalismo brasileiro a partir da comparação entre dois casos emblemáticos: o do jornalista negro Igor Melo, vítima de violência policial e criminalização midiática, e o de Luana Santos, mulher branca que atuou fraudulentamente como repórter sem enfrentar questionamentos. Com abordagem qualitativa e análise crítica de discurso, o estudo demonstra como o racismo estrutural e a branquitude operam na profissão, resultando em tratamento diferenciado: profissionais negros são sistematicamente descredibilizados, enquanto brancos usufruem de impunidade e acesso privilegiado. Os resultados reforçam a necessidade de políticas afirmativas nas redações e formação antirracista para combater hierarquias raciais naturalizadas.

PALAVRAS-CHAVE: racismo estrutural; jornalismo brasileiro; branquitude; desigualdade racial; análise de discurso.

INTRODUÇÃO

O jornalismo brasileiro, embora se apresente como um campo plural e democrático, reproduz as mesmas estruturas racistas que permeiam a sociedade. Como apontam Almeida (2019) e Acevedo, Nohara e Ramuski (2010), a mídia atua como um espelho distorcido da realidade racial do país: enquanto 55,4% da população se autodeclara negra (IBGE, 2022), apenas 20% dos profissionais de jornalismo são pretos ou pardos (GEMAA, 2021). Essa sub-representação, conforme demonstra Ajzenberg (2001), não se trata de mera coincidência, mas de um reflexo do mito da democracia racial que historicamente invisibiliza a população negra nos espaços de poder. Para desvelar essa dinâmica, este estudo elege como objeto dois casos paradigmáticos: o do jornalista negro Igor Melo, baleado e criminalizado ao retornar do trabalho, e o de Luana Santos, mulher branca que durante dois anos atuou ilegitimamente como repórter esportiva sem ser questionada.

¹ Graduanda em Jornalismo pela PUC-MG, email: janaina.veloso1@gmail.com

A dicotomia entre esses episódios explicita o que Guimarães (1999) define como "racismo de mercado" - um mecanismo que regula acessos e credibilidades com base em marcadores raciais. Enquanto Igor, profissional credenciado, foi reduzido à condição de suspeito pela sua cor de pele (conforme detalham as reportagens do UOL, 2025), Luana, fraudulenta, beneficiou-se do que Almeida (2019) chama de "branquitude acrítica", que naturaliza a presença de corpos brancos em espaços privilegiados. Diante dessa contradição, o estudo problematiza: como o racismo estrutural, enquanto sistema de dominação, atua para legitimar a exclusão de jornalistas negros e a impunidade de indivíduos brancos no campo midiático brasileiro? A questão ganha urgência quando consideramos, com Batista (2018), que a mídia não apenas reflete, mas reforça hierarquias raciais através de suas práticas discursivas e institucionais.

Este artigo tem como objetivo geral desnaturalizar as assimetrias raciais no jornalismo brasileiro, analisando comparativamente os casos de Igor Melo e Luana Santos à luz do referencial teórico crítico sobre racismo estrutural. Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa que articula: (a) análise de conteúdo de reportagens sobre os episódios (UOL, Terra, 2025); (b) dados quantitativos sobre perfil racial das redações (GEMAA, 2021); e (c) revisão de autores como Almeida (2019) e Guimarães (1999). Os achados preliminares indicam que a branquitude opera como um "passaporte de credibilidade" (CHAVES, 2008), ao passo que a negritude é sistematicamente associada à ilegitimidade profissional - mesmo quando respaldada por formação e credenciais.

Ao dialogar com o marco teórico da teoria crítica racial, esta pesquisa reforça a tese de Almeida (2019) sobre o racismo como fundamento estruturador das relações sociais no Brasil, demonstrando sua materialidade no campo jornalístico. As contribuições práticas se desdobram em três dimensões interligadas: primeiro, ao evidenciar como a branquitude funciona como capital simbólico (CHAVES, 2008), o estudo oferece subsídios para desmontar narrativas de meritocracia no jornalismo; segundo, ao contrastar a violência sofrida por Igor com a impunidade de Luana, problematiza a cumplicidade das instituições midiáticas com o racismo institucional; por fim, ao articular dados empíricos com teoria crítica, aponta caminhos para políticas de equidade racial nas redações - desde a revisão de processos seletivos até a formação em antirracismo para editores e gestores, conforme propõem Gemaa (2021). Dessa forma, o

artigo busca não apenas diagnosticar desigualdades, mas indicar ferramentas concretas para sua superação no âmbito da comunicação social.

REFERENCIAL TEÓRICO

O racismo no Brasil opera como um sistema de dominação estrutural, conforme definido por Almeida (2019), que permeia instituições, práticas sociais e relações de poder. Diferentemente do racismo individual – entendido como preconceito isolado –, o racismo estrutural se manifesta na naturalização de hierarquias raciais que privilegiam grupos brancos e marginalizam populações negras. Como explica Guimarães (1999) se dá como uma relação social, ou seja, um constructo que se materializa em desigualdades concretas, desde o acesso ao mercado de trabalho até a representação midiática. Essa perspectiva é reforçada por Batista (2018), que demonstra como a mídia brasileira reproduz estereótipos que associam negritude à criminalidade e branquitude à autoridade.

A teoria crítica racial, desenvolvida por autores como Almeida (2019) e Chaves (2008), destaca que o racismo estrutural não se limita a atos explícitos, mas se sustenta em mecanismos institucionais. Por exemplo, a sub-representação de jornalistas negros nas redações (apenas 15% nos principais jornais, segundo GEMAA, 2021) não é um acidente, mas resultado de barreiras históricas como o mito da democracia racial (AJZENBERG, 2001). Esse mito, ao negar a existência do racismo, perpetua a invisibilização de profissionais negros e a supervalorização de corpos brancos – dinâmica evidente nos casos analisados neste estudo.

No campo jornalístico, o racismo estrutural se manifesta em duas dimensões interligadas: exclusão simbólica e violência epistêmica. A primeira refere-se à ausência de negros em posições de destaque, como aponta Chaves (2008): apenas 5% dos apresentadores de telejornais são negros, embora sejam maioria na população. A segunda diz respeito à descredibilização sistemática de profissionais negros, como ocorreu com Igor Melo, cuja condição de jornalista foi ignorada em favor da estigmatização racial. Essa dinâmica contrasta radicalmente com o caso de Luana Santos, cuja branquitude lhe garantiu acesso irrestrito – mesmo sem credenciais –, corroborando a tese de Almeida (2019) sobre a "branquitude como norma não questionada".

Dados do Perfil Racial da Imprensa (GEMAA, 2021) revelam que 84% dos jornalistas nos principais veículos são brancos, reforçando o que Guimarães (2012) chama

de "racismo de mercado": um sistema que filtra oportunidades com base em marcadores raciais. Essa disparidade não apenas limita vozes diversas, mas também molda as narrativas midiáticas, como demonstra Ajzenberg (2001) ao criticar a cobertura criminalizante de populações negras. Assim, o jornalismo reproduz e amplifica o racismo estrutural, seja pela ausência de representatividade, seja pela estereotipia nas pautas – questões centrais para entender os casos de Igor e Luana.

METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem qualitativa de análise comparativa, fundamentada nos pressupostos de Yin (2015) sobre estudos de caso, para examinar as manifestações do racismo estrutural no jornalismo brasileiro através dos episódios envolvendo Igor Melo e Luana Santos. A opção por uma análise qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender as complexidades sociais e raciais que transcendem dados quantitativos isolados (Flick, 2008), permitindo explorar como os marcadores raciais influenciam o tratamento, a credibilidade e o acesso no campo jornalístico.

A pesquisa foi desenvolvida em três etapas principais. Primeiramente, realizou-se um levantamento exaustivo de fontes primárias, incluindo reportagens sobre os casos publicadas em veículos de grande circulação (UOL, 2025; Terra, 2025), bem como publicações nas redes sociais dos envolvidos e de veículos especializados. Paralelamente, coletaram-se dados secundários sobre o perfil racial do jornalismo brasileiro a partir de estudos como o do GEMAA (2021) e do IBGE (2022), que fornecem o contexto estrutural para a análise. A seleção dos casos baseou-se em critérios de relevância nacional, contraste racial evidente e disponibilidade de informações detalhadas sobre os episódios.

Para a análise dos dados, empregou-se a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) com foco na identificação de padrões discursivos e enquadramentos midiáticos, categorizando elementos como o uso de termos ("suspeito", "fraude", "profissional") e a construção narrativa sobre cada indivíduo. Complementarmente, aplicou-se a Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2003) para examinar como a linguagem reforça estereótipos raciais e relações de poder. Os dados foram organizados em uma matriz comparativa que contrasta quatro dimensões centrais: (1) tratamento midiático, (2) atribuição de credibilidade, (3) papel da raça na percepção social e (4) consequências institucionais para cada caso.

A interpretação dos resultados foi guiada pela Teoria Fundamentada (Glaser & Strauss, 1967), com codificação aberta para identificar categorias emergentes como "branquitude como capital simbólico" e "violência epistêmica institucional". Essa abordagem permitiu articular os achados empíricos com o referencial teórico sobre racismo estrutural (Almeida, 2019), demonstrando como as desigualdades se reproduzem nas práticas jornalísticas.

Cabe ressaltar duas limitações do estudo: a recenticidade dos casos (2025), que restringe análises de longo prazo, e a dependência de fontes públicas, que podem refletir vieses editoriais. Contudo, a triangulação entre dados midiáticos, estatísticas oficiais e teoria crítica minimiza esses riscos, garantindo robustez analítica. Esta metodologia não apenas ilumina os casos específicos, mas oferece um modelo para investigar disparidades raciais em outros contextos da comunicação social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise comparativa dos casos de Igor Melo e Luana Santos revelou padrões diametralmente opostos de tratamento midiático e social, evidenciando a operação do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) no campo jornalístico brasileiro. Três eixos analíticos emergiram desta investigação, articulando dados empíricos com o referencial teórico crítico.

No primeiro eixo, Criminalização versus Neutralização, observou-se como o enquadramento racial moldou as narrativas sobre os casos. Igor Melo, jornalista negro, foi sistematicamente associado à suspeição, com veículos destacando seu "comportamento suspeito" (UOL, 2025) mesmo após comprovada sua legitimidade profissional - padrão que corrobora a tese de Batista (2018) sobre a associação entre negritude e criminalidade na mídia. A Análise Crítica do Discurso revelou o uso de termos minimizadores como "confusão" e "equivoco" para descrever a agressão sofrida por Igor, atenuando sua dimensão racial. Em contraste, Luana Santos, mulher branca, foi retratada como "aproveitadora" (Terra, 2025), mas nunca como criminosa, demonstrando como a branquitude atua como capital simbólico (ALMEIDA, 2019) que neutraliza transgressões. Esta disparidade exemplifica o que Guimarães (1999) denomina racismo de mercado - um sistema que regula credibilidade com base em marcadores raciais.

O segundo eixo, Credibilidade e Acesso, demonstrou como a branquitude funciona como passaporte institucional. Dados do GEMAA (2021) mostram que 84% dos



jornalistas nos principais veículos são brancos, contexto que explica a naturalização da presença de Luana em espaços profissionais. Enquanto ela transitou livremente por redações e eventos, Igor enfrentou a desconfiança estrutural (CHAVES, 2008) mesmo sendo profissional legitimado. A análise identificou a categoria emergente de "imunidade racial", onde brancos são julgados por atos individuais, enquanto negros representam um grupo estigmatizado - diferença evidente nos comentários nas redes sociais que vinculavam Igor a "estatísticas de criminalidade", mas reduziram Luana a uma "falha individual".

O terceiro eixo, Violência Epistêmica e Exclusão Simbólica, revelou camadas profundas de discriminação. A violência contra Igor foi não apenas física, mas epistêmica (SANTOS, 2006), com seu status profissional sendo invalidado e sua trajetória apagada. Já Luana teve sua fraude narrada como "curiosidade", sem questionar os privilégios raciais que a permitiram atuar impunemente por dois anos. Esta dinâmica ilustra o mito da democracia racial (AJZENBERG, 2001), onde a branquitude opera como norma invisibilizada. Os dados quantitativos reforçam esta análise: enquanto negros representam 55,4% da população (IBGE, 2022), sua presença em cargos influentes no jornalismo é residual (GEMAA, 2021), perpetuando um ciclo de exclusão.

Esta investigação confirma que o jornalismo brasileiro reproduz o racismo estrutural através de três mecanismos interligados: (1) naturalização da branquitude como padrão de credibilidade; (2) patologização da negritude via enquadramentos criminalizantes; e (3) invisibilização de desigualdades sob narrativas de exceção. Como demonstra Almeida (2019), tais práticas não são anomalias, mas características estruturais do sistema. A superação deste quadro exige mais que inclusão numérica - demanda a desconstrução de mecanismos institucionais que perpetuam hierarquias raciais, desde os processos de apuração até a composição das redações, propondo um novo paradigma para o jornalismo brasileiro.

CONCLUSÃO

Este estudo alcançou seu objetivo central ao demonstrar como o racismo estrutural e a branquitude influenciam diferencialmente o tratamento de profissionais negros e brancos no jornalismo brasileiro, respondendo à pergunta de pesquisa. A análise comparativa dos casos de Igor Melo e Luana Santos revelou que a negritude opera como marcador de desconfiança, mesmo em contextos de legitimidade profissional, enquanto a

branquitude funciona como capital simbólico, garantindo acesso e impunidade. Os dados empíricos e o referencial teórico confirmaram que a disparidade não é acidental, mas produto de um sistema que naturaliza hierarquias raciais (ALMEIDA, 2019), evidenciado pela criminalização de Igor e pela neutralização de Luana. O objetivo foi plenamente atingido ao articular evidências concretas – desde enquadramentos midiáticos até estatísticas de representação – com teorias críticas sobre raça e poder.

As contribuições deste trabalho desdobram-se em duas dimensões. Teoricamente, avançou-se na compreensão do racismo de mercado (GUIMARÃES, 1999) no jornalismo, introduzindo o conceito de "imunidade racial" para descrever como a branquitude protege indivíduos brancos de consequências institucionais. Na prática, a pesquisa oferece subsídios para políticas de equidade, como: (1) a implementação de cotas raciais em redações, com base nos dados do GEMAA (2021); (2) a formação antirracista para profissionais de comunicação, visando desconstruir estereótipos; e (3) a revisão de pautas e linguagens para evitar enquadramentos criminalizantes. Essas propostas alinham-se às demandas por um jornalismo verdadeiramente representativo, conforme apontado por Chaves (2008) e Ajzenberg (2001).

Por fim, reconhecem-se limitações que abrem caminho para pesquisas futuras. A análise concentrou-se em dois casos recentes (2025), o que restringe a avaliação de tendências históricas. Além disso, a dependência de fontes midiáticas públicas pode ter reproduzido vieses editoriais. Sugere-se, portanto, estudos longitudinais que acompanhem a evolução da representatividade racial no jornalismo, bem como investigações com entrevistas em profundidade com profissionais negros e gestores de redação, para explorar experiências subjetivas de exclusão. Outro caminho promissor é a análise comparada com outros países, examinando como políticas afirmativas em redações estrangeiras poderiam inspirar mudanças no Brasil. Esses avanços são essenciais para transformar diagnósticos em ações concretas contra o racismo estrutural na mídia.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lída. Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro. **Revista Psicologia Política**, v. 10, n. 19, p. 57-73, 2010.

AJZENBERG, Bernardo. **Os Invisíveis**. Folha de São Paulo, [S. l.], p. n. p., 26 ago. 2001.

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BARBOSA CHAVES, Maria Laura Barbosa. **O Negro Na Mídia Brasileira**. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília, 2008. UniCeub. 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- DA PAIXÃO SANTANA, Bruna; DA SILVA, Everton Melo; ANGELIM, Yanne. Negro (a) s na mídia brasileira: estereótipos e discriminação ao longo da formação social brasileira. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 52-66, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research**. Routledge, 2003.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Artmed editora, 2008.
- GEMAA (GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA). **Perfil racial do jornalismo brasileiro: quem escreve nos principais jornais do país?** Rio de Janeiro: IESP-UERJ, 2021. Disponível em: <https://gema.iesp.uerj.br/infografico/jornalismo-brasileiro-raca-e-genero-de-quem-escreve-nos-principais-jornais-do-pais/>.
- GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. **Discovery of grounded theory: Strategies for qualitative research**. Routledge, 2017.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. Editora 34, 1999.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): características gerais dos moradores 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>.
- TERRA. Falsa repórter da ESPN enganou estagiários com contratos fraudulentos no Corinthians. **Terra**, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/falsa-reporter-da-espn-enganou-estagiarios-com-contratos-fraudulentos-no-corinthians,53731544a8225275138ec491b7489980lukm8xg3.html>.
- UOL. Estudante, garçom, pai e botafoguense: quem é o jovem baleado por PM no Rio. **UOL Notícias**, São Paulo, 25 fev. 2025. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2025/02/25/estudante-garcom-pai-e-botafoguense-quem-e-jovem-baleado-por-pm-no-rio.htm>.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.